

# Congresso rejeita plano de salvação nacional

BRASÍLIA — A reunião de ontem dos parlamentares economistas sobre o pacto anti-inflação não teve uma conclusão, mas foi suficiente para eliminar a possibilidade de um plano de salvação nacional, segundo o deputado Osvaldo Rebouças (PMDB-CE). A reunião prosseguiu hoje com representantes dos partidos (menos o PT) que se dispuseram a participar do esforço na busca de um entendimento sobre a crise econômica.

Os parlamentares esperam definir hoje um documento de sugestões que incluem a austeridade fiscal e monetária,

o assessoramento do ministro da Fazenda e a distribuição do ônus das eventuais medidas a toda a sociedade, que deverá ser encaminhado o mais cedo possível ao presidente José Sarney pelo senador Nelson Carneiro.

Ao mesmo tempo, os empresários, assessorados pelos economistas Luiz Paulo Rosenberg e Fernando Bracher, preparavam, em São Paulo, sua proposta de política econômica, que será enviada ao Congresso amanhã. Os principais representantes do empresariado nacional, liderados pelo presidente da Fiesp, Mário Amato, se encontrarão, amanhã

à tarde, com os líderes dos partidos.

Uma das saídas que serão apontadas pelo senador Ronan Tito é a nomeação de um super-ministro, que seria indicado pelo Congresso e teria como secretários especiais os atuais ministros da Fazenda, Mílson da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu. Segundo o senador Nelson Carneiro, presidente do Senado, a proposta de superministro ainda não foi discutida.

Tanto os parlamentares como os empresários definem o momento do País como "delicado" e fazem esforços

para se unir em torno de uma solução de consenso para o problema. No telegrama enviado por Mário Amato a Ronan Tito, o presidente da Fiesp afirma que uma vitória dos parlamentares neste momento representa "um avanço na prática democrática".

Os principais pontos que os empresários pretendem apresentar como sugestão ao Congresso para uma política econômica são: atacar de forma urgente o déficit público, conter o processo de "construtivismo histórico" e conseguir com os credores externos carência nos pagamentos da dívida externa previstos para setembro.